

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva

José Andrade Almeida Junior

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva

Francielle Pereira Santos

Ludmila Nunes Mourão

Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Nívia Madja dos Santos

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Claudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabricia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Algusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Licenciatura em Pedagogia, Caruaru - Pernambuco.

RESUMO: Este estudo busca refletir sobre a cultura da violência de gênero a partir dos dados dos atendimentos do Ligue 180, tendo como objetivo geral: Compreender como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, e como objetivos específicos: a) Identificar políticas públicas voltadas para enfrentamento à violência contra a mulher; b) Estimar os dados do atual contexto de violência contra a mulher a partir dos dois últimos balanços do Ligue 180 e c) Discutir sobre as práticas educativas feministas como subsídio ao enfrentamento à violência contra a mulher. A pesquisa é de caráter bibliográfico e análise documental, realizada em balanços de serviços prestados pelo Ligue 180, fornecido por órgãos públicos. Pressupomos que por meio de uma pedagogia feminista é possível criar subsídios para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, formando valores e costumes onde seja inaceitável as agressões motivadas por questões de gênero, igualmente tendo consciência que este ato é inadmissível em todas as formas de violência: moral,

patrimonial, física, sexual e psicológica.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero, Ligue 180, Pedagogia feminista.

FEMINIST EDUCATIONAL PRACTICES AS A SUPPORT TO COPE WITH THE CULTURE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

ABSTRACT: This study aims to reflect about the culture of gender-based violence taking as baseline the database from the Ligue 180 (Call 180) service, with the general objective of comprehending how the gender issues, which are inserted on the education, can contribute against the culture of gender-based violence, and as specific objectives: a) To identify public policies that deal with violence against women; b) To estimate the data of the current context of violence against woman from the last two data reports of the Ligue 180 (Call 180); and c) To discuss the feminist educational practices as a support to cope with the violence against women. This is a documentary analysis and bibliographic research, accomplished by the data report provided from Ligue 180 services, and given by the public agency. Assuming that, by the means of a feminist pedagogy, it is possible to create ways to cope with the culture of violence against women, forming social values and habits which is unacceptable the aggressions motivated by gender-based violence, also with the consciousness that this

act is inadmissible in all forms of violence: moral, patrimonial, physical, sexual and psychological.

KEYWORDS: Gender-based violence; Ligue 180; Feminist Pedagogy

INTRODUÇÃO

Analisaremos dados estatísticos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) registrados na central de atendimento à Mulher que é um serviço do governo federal, criado pela SPM em 2005 para auxiliar e atender mulheres em situação de violência por intermédio do número de utilidade pública – Ligue 180. Estes dados mostram que entre os meses de janeiro e junho de 2016, houve 555.634 (quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e quatro) relatos de violência, comparado ao primeiro semestre do ano anterior, que foram 364.627 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e vinte e sete) registros, houve um aumento de 52%.

Observando os dados da SPM, podemos perceber que historicamente a sociedade patriarcal tornou o papel da mulher praticamente invisível, de forma que a relação entre os sexos masculino e feminino sempre foi hierarquizada. Para lutar em favor das mulheres, contestando as opressões e superioridades masculinas, gradativamente foi organizando-se o movimento feminista. Segundo a autora Louro (2014) p.114, feministas que estão apoiadas/os em distintas matrizes conceituais ensaiam diversas vias para o enfrentamento ou a superação das desigualdades de gênero na Educação. Este ato político visa alcançar a igualdade de entre os gêneros, assegurando uma participação ativa das mulheres na sociedade em que vivem, buscando através dos estudos e pesquisas sobre a temática de gênero constatar que não existem diferenças entre homens e mulheres.

Por muito tempo, antes da República, a pretexto de adultério, a Legislação brasileira permitiu os castigos e até mesmo os assassinatos das mulheres praticados por seus cônjuges, “o Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério” (BLAY, 2003, p.87).

Nota-se que diariamente ocorrem atos de violência feminina, seja nos espaços públicos ou domiciliares, assim, faz-se necessário refletir as condutas e costumes culturais diante dessas situações. Com base nestes questionamentos, temos como pergunta investigativa: Como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher?

Tomamos como objetivo geral do estudo: Compreender como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, e como objetivos específicos: a) Identificar políticas públicas voltadas para enfrentamento à violência contra a mulher; b) Estimar os dados do atual contexto de violência contra a mulher a partir dos dois últimos balanços do Ligue 180

e c) Discutir sobre práticas educativas feministas como subsídio ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Para questionar e investigar o tema proposto foi realizada pesquisa bibliográfica dos materiais já publicados sobre o tema, e também análise documental, efetuada em documentos atuais, como balanços de serviços prestados, pesquisas de opinião e estudos quantitativos, fornecidos em mídia digital por órgãos públicos e privados. Apoiado em Lakatos (2010), investigação por meio de análise documental, estabelece uma técnica bastante relevante na pesquisa qualitativa, pois, será parte complementar das informações já obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados, trazendo novos aspectos para a questão investigativa.

Este trabalho está estruturado em três categorias analíticas, a primeira vai evidenciar algumas das políticas públicas de proteção à mulher, a segunda, mostrar os percentuais impetuosos da sociedade brasileira presentes nos balanços do Ligue 180, e a terceira faz referência às práticas educativas feministas. Partindo dessa premissa construímos nossa reflexão, na qual consideramos este tipo de prática educativa um meio para discussões curriculares sobre gênero, transformando-se em subsídio ao enfrentamento à cultura de violência feminina.

Diante da realidade do Brasil, o Ligue 180 é um elemento significativo que contribui para uma mudança cultural e se suas práticas forem alinhadas com a educação de gênero, teremos resultados consideráveis, uma vez que, os costumes, as práticas e os valores de uma cultura machista e patriarcal vão sendo substituídos pelo respeito nas relações humanas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Muito se tem discutido, acerca das políticas públicas voltadas para as mulheres, dentre as quais podemos destacar as de enfrentamento às formas de violência de gênero, visto que, é uma das violações mais evidente no mundo. Colocando em pauta algumas das políticas públicas para enfrentamento à violência contra mulher, frisamos as que tiveram início com a conquista institucional no âmbito Estatal que foi a criação da SPM em 2003.

O Brasil está entre os países com maior percentual de violência de gênero, por exemplo, tratando-se de homicídios femininos, maior número “é cometido por homens, em sua maioria com quem a vítima possui uma relação afetiva, utilizando arma de fogo ou objeto cortante/penetrante e realizado nas próprias residências” (BRASIL, 2013, p.42). Deste modo as funções da SPM frente a este tipo de violência “passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços (como o Centro de Referência, as Defensorias da Mulher) e de propor a construção de Redes de Atendimento para a assistência às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2010, p.6).

A Lei nº 11.340/2006 (conhecida por Lei Maria da Penha), em seu Art. 5º, configura violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo estes, acontecimentos que perpassam o contexto histórico cultural, ao longo de gerações e classes sociais. Uma das funções da Lei Maria da Penha é penalizar os agressores, “um importante avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2013, p.42), resultado de batalhas políticas de muitas mulheres durante anos. A sua implementação trouxe maior evidência sobre as ocorrências de violência ao gênero feminino e várias mudanças foram articuladas para aumentar a defesa dos direitos da mulher, como o aumento do rigor das punições ao agressor, e o fornecimento de assistência às vítimas.

Atuando paralelamente com a legislação vigente, existem os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que prestam acolhimento, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às mulheres que tenham sido violentadas no ambiente doméstico e familiar. As ações dos Centros de Referência “devem, além de prestar o acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência, monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede” (BRASIL, 2010, p.15). Implementar políticas públicas que prestam este atendimento à mulher tem um papel fundamental na reconstrução da cidadania das mulheres, bem como, promover a igualdade nas relações de gênero.

Funcionando no campo da jurisdição encontram-se as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), capacitadas com a finalidade de oferecer serviço policial no que se refere à abertura e andamento de inquéritos relacionados às demandas de casos relacionados a estes tipos de abusos. Por sua vez, as atividades das DEAMs “têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2010, p.15). As DEAMs garantem a responsabilização dos agressores, via prestação de atendimento especializado assegurando a concessão da autonomia das mulheres em relação aos seus direitos humanos.

Mais uma Política Nacional de enfrentamento à violência é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, neste canal de comunicação as vítimas e outras pessoas que tenham conhecimento das agressões, podem realizar denúncias, que serão encaminhadas aos órgãos responsáveis, como consequência, os crimes que antes em sua maioria ficavam impunes, ganham visibilidade pública, adiante falaremos um pouco mais sobre este canal de atendimento.

A mulher em situação de violência de gênero localiza-se subalterna ao homem, o que pode acarretar inúmeros prejuízos em sua vida, que podem ser, físicos, psicológicos, morais e patrimoniais. Por vezes a vítima acaba silenciando-se, seja por medo de ameaças dos agressores ou por vergonha da situação em que se encontra, e para romper com esta cultura machista, faz-se necessário a implementação de

estratégias que vão desde a denúncia até a busca de assistência nessas Redes de atendimento.

DADOS DO ATUAL CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DOS DOIS ÚLTIMOS BALANÇOS DO LIGUE 180

Levando em consideração a grande extensão territorial do Brasil, verificamos que a violência gênero tem vasta proporção em todas as regiões do país, estando presente na vida de milhões de mulheres. Este fenômeno histórico cultural está arraigado no cotidiano da sociedade, a autora Blay (2003) enfatiza que a magnitude das agressões é variável, entretanto, “é mais frequente em países de uma prevacente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero” (p.87).

Um passo determinante contra esse tipo de violência partiu da articulação de organismos internacionais, depois disso houve maior mobilização a nível mundial em defesa e incentivo do progresso dos direitos femininos. Em 1975 foi realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o primeiro Dia Internacional da Mulher. Este ato influenciou positivamente outros países, como o Brasil, a pôr em prática várias medidas de políticas públicas com o propósito de prevenir, coibir e punir os responsáveis por essas agressões.

As políticas públicas criadas com o auxílio dos Serviços da SPM vão ganhando força e visibilidade, e além do caráter assistencialista e de combate, faz-se necessário assegurar a realização de ações preventivas a favor dos direitos da mulher, respeitando a igualdade nas relações de gênero. Porém, é necessário estarmos atentos as questões de igualdade, pois, só conseguiremos alcançar a verdadeira igualdade se entendermos que para tal, é preciso atentar para as especificidades de cada pessoa, reconhecendo e respeitando as diferenças.

O Ligue 180, tornou-se um dos principais instrumentos de enfrentamento desta violência no Brasil, posto que, é um serviço nacional e gratuito que contribui no recolhimento de informes de mulheres em situação de vulnerabilidade. Após a criação deste serviço foram realizados quase 5 (cinco) milhões de atendimentos, em um período de dez anos. Estes atendimentos aumentaram progressivamente, nos dados fornecidos pela Central de Atendimento à Mulher (2015), podemos verificar que em seu primeiro ano foram 46.423 (quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e três) atendimentos recebidos e em seu décimo ano foram 634.862 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e dois).

Os relatos ouvidos pelo Ligue 180 estão subdivididos do seguinte modo: “49,82% corresponderam a de violência física; 30,40% de violência psicológica; 7,33% de violência moral; 2,19% de violência patrimonial; 4,86% de violência sexual; 4,87% de cárcere privado; e 0,53% de tráfico de pessoas” (SPM, 2015, p.3). Os fatos verificados neste canal de comunicação auxiliam o governo a desenvolver melhores políticas

públicas para todas as brasileiras, bem como monitorar os serviços que fazem parte das Redes de atendimento em todo o país.

De acordo com o mesmo balanço do Ligue 180, na maioria dos casos, cerca de 67,36%, dos atos violentos foram cometidos por homens, com os quais as vítimas possui ou possuía algum vínculo afetivo, ou seja, atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Por conseguinte, “quando se trata de relações íntimas, as experiências de violência são vastamente diferenciadas, tanto na forma, na intensidade e na frequência, quanto nos contextos, nos significados e nos impactos que produzem” (SOARES, 2012, p. 192).

Segundo o perfil traçado pela SPM das pessoas que acessaram o serviço do Ligue 180 nos anos 2015 e 2016, mais de 60% das denúncias são feitas pela própria vítima, no entanto, no decorrer dos dez anos da criação do serviço, houve um aumento significativo de relatos realizados por outras pessoas, como por exemplo, vizinhos, parentes, amigos e amigas. Percebemos que “esses dados parecem apontar para um maior envolvimento e sensibilização social de todas e todos na tolerância zero à violência contra as mulheres” (SPM, 2016, p.6), logo, tais atitudes estão demonstrando que a sociedade progressivamente está tornando-se mais consciente sobre sua participação em combate o presente cenário de insegurança.

No que diz respeito à origem geográfica das ligações, mais de 90% são realizadas por pessoas que residem na zona urbana, porém, de acordo com o balanço do Ligue 180 do primeiro semestre de 2016, em comparação ao primeiro semestre de 2015, houve um aumento de 139% na procura dos serviços por parte das pessoas que moram na zona rural. Atribuímos este fato a ampla divulgação dos serviços realizados pela Central de Atendimento à mulher, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação, (rádio, televisão, internet, entre outros).

Com relação à frequência da violência, os números da SPM apontam que “em 39,34% dos casos a violência é diária; e em 32,76%, é semanal. Ou seja, em 71,10% dos casos a violência ocorre com uma frequência muito alta” (SPM, 2016, p.18). Estas informações demandam maior investidora na conscientização das mulheres e nas punições aos agressores, evitando assim a banalização da violência doméstica familiar, do mesmo modo a generalização de uma Justiça incapaz de coibir estes atos violentos.

O serviço prestado pelo Ligue 180 é um instrumento que apoia a Lei Maria da Penha, levando as políticas públicas onde anteriormente havia apenas o silêncio das vítimas e defendendo as mulheres em situação de risco. Além de ouvir os relatos, este serviço acolhe, orienta e encaminha os casos denunciados para acompanhamento especializado.

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Com o início das teorias Pós-críticas do currículo, as relações de gênero dentro do ambiente escolar começaram a serem debatidas, de forma que ainda persiste a necessidade de promover ações educativas que ofereçam subsídios ao enfrentamento à violência de gênero questionando a cultura predominantemente patriarcal. Visando impulsionar tais ações, a Lei Maria da Penha, em seu Art.8º vai propor medidas integradas de prevenção e debate acerca das questões de gênero. No qual estabelece em seu caput que “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais” (BRASIL, 2006).

Ainda sobre as medidas integradas de prevenção, o Art. 8º da lei Maria da Penha de 2006, em seus incisos cinco, oito e nove respectivamente, determina:

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse cenário, o movimento feminista aparece para questionar a profunda desigualdade entre homens e mulheres difundida pela cultura patriarcal e por um padrão hegemônico estabelecido pela sociedade. Surge então a necessidade de um processo formativo de caráter pedagógico feminista. O objetivo desta pedagogia feminista é promover uma educação que possibilitasse a autonomia e empoderamento das mulheres.

Segundo o autor Tomaz Tadeu da Silva (2010) p.91, a pedagogia feminista preocupa-se em desenvolver formas de ensino que reflita os valores feministas e que possam formar contradições às práticas educacionais tradicionais que valorizaram a cultura patriarcal. Para mudar esta realidade, a pedagogia feminista propôs a construção de um ambiente de aprendizagem que valorizasse o trabalho coletivo, comunitário e cooperativo, facilitando o desenvolvimento de uma solidariedade feminina, contrapondo-se ao individualismo da educação tradicional.

Neste caso estratégias de intervenção nas políticas educacionais que oferecem subsídios para práticas educativas, ajudam a desenvolver modelos pedagógicos diferentes daqueles carregados de estereótipos de gênero que fomentam as relações de patriarcalismo prevalecente. Diante da grande desigualdade de gênero surgem

inúmeras indagações de como educar meninos e meninas, homens e mulheres que sejam capazes de transformar as relações gênero, eliminando possíveis preconceitos e atitudes machistas em relação às mulheres.

A pedagogia feminista pensada como um novo modelo pedagógico apropriado para subverter as condições de subordinação e desigualdade das mulheres no espaço escolar “vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aulas tradicionais” (LOURO, 2014, p.117). Este tipo de prática pedagógica está incluso na perspectiva das pedagogias emancipatória que tem por finalidade conscientizar e transformar os sujeitos de uma determinada sociedade, subvertendo situações de desigualdade.

Atualmente, o efetivo congresso eleito tem sido o mais conservador dos últimos tempos, o que dificulta a aprovação leis que favoreçam o debate acerca das questões de gênero no âmbito educacional. No entanto, pesquisa realizada em Fevereiro de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que tinha como objetivo levantar a opinião dos brasileiros sobre a abordagem de assuntos relacionados à educação sexual e igualdade de gênero nas escolas, onde foram entrevistadas mais de duas mil pessoas, em 143 municípios, revelou que 68% dos entrevistados concordam totalmente que professoras e professores discutam com os alunos sobre igualdade entre homens e mulheres.

Este estudo reforça o entendimento que a autora Louro (2014) revela acerca da compreensão das relações entre homens e mulheres, pois “numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual o *gênero* será um conceito fundamental” p.25. Debater a igualdade de gêneros contribui ativamente para o empoderamento das mulheres, bem como evidência e questiona os ensinamentos curriculares naturalizados.

Levando em consideração a mesma pesquisa do IBOPE, 78% das pessoas concordam totalmente que professoras e professores informem sobre as leis que punem a violência contra a mulher, reforçando a concepção proposta por Louro (2014) p.21, de que é necessário desconstruir a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, e que contribuíram para a sua ampla invisibilidade como sujeito. Com isso cresce a necessidade de introduzir a reflexão de gênero desde a infância, modificando positivamente a maneira como as crianças são educadas, tornando a escola um agente transformador.

O ambiente familiar contribui consideravelmente para a reprodução da cultura patriarcal, mas, sem dúvida a escola, mediante a seleção curricular exercer uma parcela ampla na disseminação destes padrões hegemônicos, assim, uma mudança cultural começaria pela reformulação dos currículos escolares, dando ênfase a questões de gênero e sexualidade.

e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição. Todas essas características refletem as experiências e os interesses masculinos, desvalorizando, em troca, as estreitas conexões entre quem conhece e o que é conhecido, a importância das ligações pessoais, a intuição e o pensamento divergente, as artes e a estética, no comunitarismo e a cooperação – características que estão, todas, ligadas às experiências e aos interesses das mulheres (SILVA, 1999, p.94).

Nestas circunstâncias a escola configura-se como parte essencial no processo formativo de crianças jovens inseridos na educação formal, portanto, para contextualizar os conceitos sobre gênero os profissionais da Educação, necessitam estarem capacitados para melhor atender as expectativas da realidade que estamos vivendo.

Em suma existem inúmeros desafios a serem superados com relação às questões de gênero, desse modo, é importante a realização de um trabalho educativo, com estratégias que desestabilizem o padrão machista, lógica que “supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante outro dominado – e essa seria a única e permanente relação entre os dois elementos” (LOURO, 2014, p.37), garantindo assim o respeito às mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é uma das tarefas da sociedade contemporânea, quebrar os estereótipos de gênero onde os homens são mais valorizados que as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de um processo pedagógico mais inclusivo e equitativo corrobora para a humanização dos sujeitos envolvidos na escolarização. Mesmo com a falta de iniciativa governamental em propor medidas educativas de igualdade de gênero, tais parâmetros podem ser implantados na educação formal das escolas, como por exemplo, na inserção de projetos que envolvam a temática e que visam quebrar esses estereótipos.

Além disso, é possível com uma educação feminista tratar as questões de gênero desviando-as de uma perspectiva essencialista na qual biologicamente o sexo é o determinante de certos comportamentos, pois, desessencializar os padrões impostos possibilita a criação de uma sociedade onde estes assuntos sejam explicitados de modo mais democrático. Posto que, não basta apenas criar leis de punição à violência se os valores distorcidos continuam sendo disseminados pela da educação, recomenda-se educar meninas para que saibam identificar uma situação abusiva, e educar meninos para que não sejam abusadores.

Tendo em vista os aspectos observados, é imprescindível que todos se conscientizem sobre a necessidade de práticas educativas feministas que busquem empreender estratégias e conteúdos educativos que englobam a promoção da igualdade gênero. Assim, evita-se a vulnerabilidade a qual a mulher está sujeita devido a noções de masculinidade distorcidas, como força e virilidade, que muitas

vezes contribuem para situações abusivas. Nesse sentido, um discurso conservador e patriarcal impossibilita a inserção e debates sobre as temáticas gênero e sexualidade nas práticas educativas.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Rev. Estudos Avançados. vol.17 no.49, p.87-98. São Paulo Set./Dez. 2003.

BRASIL. **Presidência da República. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf. Acesso em 18/06/2017.

BRASIL. **Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 30 de jun. 2017.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Pesquisa de Opinião Pública. Percepções Sobre Educação Sexual**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em 30/06/2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed. 7ª, São Paulo, Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **As relações de gênero e a pedagogia feminista**. In: Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P.91-97.

SOARES, Bárbara Musumeci. **A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 5, nº 2, p. 191-210, abr/mai/jun 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

